

POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO: UM ESTUDO SOBRE ESSAS POLÍTICAS NA VIDA DAS ASSENTADAS NOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO E UAUÁ, NO PERÍODO DE 2000 - 2010

Paloma Santana de Souza¹; Marília Lomanto Veloso²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Administração, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: paloma-souza@bol.com.br
2. Orientadora, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: marilia.lomanto@uol.com.br.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Gênero; Participação Popular.

INTRODUÇÃO

O Estado capitalista - uma instituição que trata de uma dinâmica contraditória das classes sociais – responsável por assegurar a reprodução do capital e a reprodução da força de trabalho, assumiu a partir da década de 70 novas funções, “cuidando não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de políticas e programas sociais, procura manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo” (OFFE, 1991).

Fruto desta contradição, esta instituição pensa suas políticas sociais tanto partir dos imperativos do processo de produção capitalista, das exigências funcionais da produção capitalista, como baseada na teoria dos interesses e das necessidades, a partir de exigências políticas dos trabalhadores assalariados organizados. Assim, os movimentos sociais rurais têm tido um papel importante na alavancagem de políticas públicas sociais, como a luta pela terra - na efetivação da política de assentamentos - e o movimento sindical na conquista de direitos como a previdência social rural e um crédito agrícola voltado especificamente para a agricultura familiar, entre outros. Desta forma constatamos que os movimentos sociais rurais, através de suas lutas, influenciaram na redução das desigualdades, tendo efeito positivos sobre a vida do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (HÖFLING, 2001).

No presente trabalho pretendemos nos concentrar na análise do movimento de mulheres rurais, que através de suas reivindicações, acabam influenciando a criação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero. Vale ressaltar que a luta das mulheres do campo não se restringe a questões específicas de gênero. Afinal, a melhoria na qualidade de vida das famílias são refletidas em melhorias para as mulheres. Suas reivindicações vão desde exigências de educação para todos, ao acesso a água encanada, saneamento básico, luz elétrica. Mas não se resume apenas a isso, lutam pelo reconhecimento da profissão de agricultora (e não de empregada doméstica – já que muitas vezes essas mulheres além de realizar o trabalho “invisível” de manutenção da casa ainda são responsáveis por pequenas hortas nos quintais e ajudar na agricultura familiar, trabalhos que não entram na soma da remuneração da família), lutam por direitos sociais como aposentadoria e salário maternidade, ao acesso a terra através da reforma agrária (exigindo a titulação da terra em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família), acesso a linhas de crédito especiais, lutas de hoje que são possíveis graças a uma reivindicação antiga de acesso a documentação básica, hoje transformada

em política pública através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, criado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O problema a ser investigado consiste em verificar se o movimento de mulheres nos assentamentos selecionados encontra-se organizado, como tem atuado na formulação das políticas pensadas para as mulheres.

MATERIAL, MÉTODOS OU METODOLOGIA

O Plano de Trabalho apresentado pretende contribuir em conteúdo e conhecimento ao projeto de pesquisa do orientador, analisando a importância das políticas públicas, buscando compreender o papel governamental nessas áreas de assentamentos nos dois municípios selecionados e se a vida destas mulheres são transformadas por meio da ação do Estado. Para isso utilizaremos uma pesquisa do tipo exploratória, ao buscar proporcionar uma visão geral a cerca das políticas públicas. É também descritiva, porque tem a finalidade de caracterizar as políticas voltadas especificamente para as mulheres nestes assentamentos, como vivem, além de estabelecer relações com a vida coletiva. No que diz respeito à forma de abordagem do problema de pesquisa, esse estudo é de natureza qualitativa, mas utilizará também técnicas quantitativas na análise dos dados coletados. Parte-se, portanto do pressuposto que essas formas de abordagem não são mutuamente excludentes.

O trabalho consiste em um múltiplos casos, baseado em pesquisa bibliográfica sobre o tema, em uma pesquisa documental, mediante consultas à base de informações da Secretaria de Política para as Mulheres, entre outros órgãos - sejam federais, estaduais ou municipais. Além disso, serão realizados questionários com as mulheres destes assentamentos para verificar como essas políticas alteram seu cotidiano.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Com a reorganização do movimento feminista na década de 70, surge uma maior pressão pela institucionalização das políticas de gênero como instrumento para garantir o direito das mulheres. A necessidade de se debater gênero torna-se urgente diante do quadro que se tem hoje desenhado no Brasil. Segundo o IBGE (2010) as mulheres representam 51% da população, portanto não são uma minoria. Representam uma parcela significativa da mão de obra ativa. Indicadores sociais desta mesma instituição nos mostram que apesar dos avanços com relação à conquista de espaço do mercado de trabalho, ainda há uma predominância em trabalho precarizado, portanto com baixa remuneração e ligados à economia informal. Em média, as mulheres brancas recebem 40% menos do que os homens para o mesmo trabalho e as mulheres negras chegam a receber 60% menos, dados estes que tornam a discriminação sexual visível e comprovam a divisão sexual do trabalho.

Coletivos feministas organizados revelam que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. Segundo o estudo do Instituto Sangari realizado em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) -, de 1980 a 2010, foram assassinadas no país cerca de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6% nos índices de assassinatos de mulheres.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada em 2010 por pesquisadores da Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero) e da Universidade de Brasília (UnB), levantou dados sobre a prática do aborto, tendo como amostragem 2.002 mulheres entre 18 e 39 anos, alfabetizadas e que vivem em áreas urbanas. Os números são

alarmantes e não justificam a postura do Estado brasileiro em negar esse direito as mulheres.

Nesse contexto, de uma cultura machista e patriarcal, as mulheres são um grupo mais passível ao se perceber as conseqüências da precarização das suas vidas e das suas relações. Ao se considerar as condições de raça e etnia as desigualdades são ainda mais gritantes para compreendermos a condição de pobreza das mulheres, ainda que o governo brasileiro tenha assumido diversos compromissos internacionais no sentido de combater as desigualdade entre os gêneros.

Tem crescido significativamente o número de pesquisas e trabalhos que trazem para a ordem do dia questões que relacionam a pobreza, raça e gênero, o que algumas autoras começam a chamar de *feminização* da pobreza.

Superar a falta de articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social é o grande desafio da política social brasileira, pois como bem nos provou a experiência da década de 70, o desenvolvimento social não decorre automaticamente do desenvolvimento econômico e no atual contexto de globalização das economias e dos mercados, e no decorrente processo de ajuste estrutural que vêm experimentando economias do Terceiro Mundo, a tendência atual é do crescimento econômico vir acompanhado de um decréscimo da capacidade de criação de novos empregos, e, no caso de nossas economias, do volume de postos de trabalho já existentes associado a uma crescente seletividade (COHN, 1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, jan. 2005. Disponível em: <http://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Lourdes_Bandeira.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Revista de Estudos Feministas. [online]. Jan./Abr. 2004, vol.12, no.1, <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-0104-026X>

COHN, Amélia (1996). “Políticas Sociais e Pobreza no Brasil”. *Planejamento e Políticas Públicas no 12*, IPEA. Rio de Janeiro.

FARAH, Marta. “Políticas públicas e gênero: uma análise da ação dos governos locais no Brasil”. In: FÓRUM SOCIAL, 2003, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2003. p. 11-25.

FEMEA – Jornal do Centro Feminista de Estudos e Assessoria: *Mulheres no Congresso Nacional* (2003). Ano XI, no 120 e 122, Brasília, DF.